

**--- SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM, REALIZADA NO DIA QUINZE DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E DOIS. -----**

-----  
--- Aos quinze dias do mês de Julho do ano de dois mil e dois, pelas vinte e duas horas, reuniu a Assembleia Municipal de Santarém, no Salão Nobre do Governo Civil, na cidade de Santarém, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS**: -----

--- **Ponto único**—PROPOSTA DE ALIENAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO PARA INSTALAÇÃO DE UNIDADE DE PROCESSAMENTO DE CARNES EM SANTARÉM – PROTOCOLO A CELEBRAR COM IGI – INVESTIMENTO E GESTÃO IMOBILIÁRIA, S.A. -----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** ordenou que se procedesse à chamada, tendo-se verificado as seguintes presenças: -----

--- José Miguel Correia Noras, Vasco Navarro da Graça Moura, Leonel de Matos Martinho do Rosário, João Luís Madeira Lopes, Eurico Mateus Guerra Saramago, Pedro Nuno Pimenta Braz, Albertino Filipe Pisca Eugénio, José Luís Marques Cabrita, Carlos Manuel Luís Catalão, António Xavier Martins da Rocha Pinto, Luís Filipe Fragoso Carvalho de Almeida, Pedro Miguel Rodrigues Neves Veloso, Carla Andreia Costa dos Santos, Rosalina da Piedade Melro Blaser Gaspar, José António Pisco Borrego, Cláudio José Viveiros Sarmento da Silva, José Luís Marques Ferreira da Cruz, Jorge Manuel Assunção Ferreira da Costa Rosa, Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes, Luís Alberto Ferreira Leitão, Maria dos Anjos Santos Neves Patusco, Celso Ricardo Pimenta Brás, Aires Manuel Gaspar Duarte Lopes, Manuel Albino da Conceição Rosa, Vicente Carlos Flor Batalha, José Manuel Gaspar, Ricardo Zarco Martinho do Rosário, Helder Nuno Jesus Cruz Oliveira Pombo, Ezequiel Azinheira Louro, Joaquim Júlio da Luz Saramago, Manuel Joaquim Ferreira, António Manuel Simões Cordeiro Duarte, Basílio Duarte Oleiro, Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves, Nelson António Fonseca da Silva,

Diamantino Carvalho Vicente, Joaquim Manuel Gaspar Aniceto, Mário José Rodrigues dos Santos, Carlos Manuel Beirante Gomes Beja, Adélia Maria dos Reis da Silva Veneno, Joaquim Manuel Barreiros Mateiro, José António Coelho Madeira, António João Ferreira Henriques, Luís Miguel Veiga da Silva, Ricardo Luís da Costa, Luís Maria Severino Arrais, Vítor Manuel da Costa de Oliveira Gaspar, José Daniel Graça Madeira, Rosa Maria Gomes Silva Lavrador, Vítor Manuel Damas Pinto da Rocha, Firmino Joaquim Prudêncio D' Oliveira e Joaquim António Salgado Canha. -----

--- Verificaram-se as seguintes ausências:-----

--- Mónica Isabel Duarte Mendonça, José Ilídio da Fonseca Freire, Helder António Gil Borges, Joaquim da Silva Lucas da Graça e Sebastião Morgado Ribeiro. -----

--- Confirmada a existência de quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão e deu conhecimento da ausência do senhor Segundo Secretário, por motivos relacionados com o cargo que exerce de Comandante dos Bombeiros Voluntários de Pernes, convidando para o seu lugar a senhora **Adélia Maria dos Reis da Silva Veneno**. -----

--- Solicitou a palavra o senhor **José Luís Cabrita** para referir que a presente sessão deveria ter Período de Antes da Ordem do Dia, evocando, para o efeito, o número dois, do artigo vinte e um, do Regimento da Assembleia e afirmando que sua bancada pretendia colocar algumas questões pertinentes em relação ao CNEMA-----

--- Disse ter sido violada a Lei de Protecção dos Dados, em virtude ter recebido correspondência do CNEMA, na sua residência, enquanto membro desta Assembleia, considerando ter havido procedimento incorrecto, por parte da Mesa, ao fornecer elementos sem a sua devida autorização. -----

--- Chamou ainda a atenção para a falta das actas dado existirem, em seu entender, deliberações importantes que sem a aprovação da mesma não podem ter eficácia.-----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** esclareceu que as deliberações mais importantes foram aprovadas em minuta, para que pudessem produzir efeitos imediatos. -----

--- Relativamente à questão do período de “Antes da ordem do Dia”, esclareceu que a inexistência deste Período foi acordado, por unanimidade, na reunião da Mesa com os representantes dos Partidos Políticos, nos termos do número dois, do artigo vigésimo primeiro, do Regimento. Todavia essa deliberação poderá agora ser alterada, desde que se verifique uma maioria de dois terços, após recurso para o Plenário, o que não aconteceu. -----

--- Considerou, igualmente, não ter havido, tanto por parte da Mesa, como por parte dos Serviços, qualquer violação da Lei sobre confidencialidade e protecção de dados pessoais. -----

--- Seguidamente deu-se início ao **Período da Ordem do Dia** com o **PONTO ÚNICO – PROPOSTA DE ALIENAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO PARA INSTALAÇÃO DE UNIDADE DE PROCESSAMENTO DE CARNES EM SANTARÉM – PROTOCOLO A CELEBRAR COM IGI – INVESTIMENTO E GESTÃO IMOBILIÁRIA, S.A.**-----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de um de Julho, cabe-me propor à Exm<sup>a</sup>. Assembleia a aprovação da **Proposta de Alienação de Parcela de Terreno para Instalação de Unidade de Processamento de Carnes em Santarém – Protocolo a Celebrar com IGI – Investimento e Gestão Imobiliária, S.A.**, nos termos do artigo quinto, números dois e seis, do Decreto-Lei setecentos e noventa e quatro/setenta e seis, na redacção dada pelo artigo primeiro do Decreto-Lei trezentos e treze/oitenta, de dezanove de Agosto, e nos termos da alínea i), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”.-----

--- Foi dada a palavra, em primeiro lugar, ao senhor **Vicente Batalha** que proferiu a seguinte intervenção: -----

--- “Parece-me estar a assistir a um filme em reprise. Na primeira versão, expectativas

frustradas, não houve final feliz. E Tudo o Vento Levou, e continua a levar, apesar das declarações do senhor Presidente da Câmara que criou expectativas logo no início do mandato, e apontou o primeiro semestre do ano para decisões sobre a Zona de Desenvolvimento Económico de Pernes, e nada. -----

--- A criação da Zona de Desenvolvimento Económica de Pernes, as nossas insistências, foi correctíssima, embora atrasada uma década. Agora, já são duas. Porquê?-----

--- Penso que um concelho só será desenvolvido se todas as suas freguesias o forem. A cidade de Santarém só pode ser desenvolvida se as suas freguesias o forem. E a inversa também é verdadeira: as freguesias serão desenvolvidas, se a cidade de Santarém o for. A isso, chama-se desenvolvimento harmonioso e sustentável. A isso, chama-se a luta no concreto contra a desertificação dos espaços rurais.-----

--- Pernes, Vaqueiros, Casével, Arneiro das Milhariças, Achete, S. Vicente do Paúl, e até, Santos da freguesia de Tremês, precisam da Zona de Desenvolvimento Económico de Pernes, para criar postos de trabalho e riqueza. É dessa vasta área que falamos, sempre que falamos na referida Zona de Desenvolvimento Económico. -----

--- A retrospectiva filmica dos acontecimentos diz-nos que não assistimos à qualidade estratégica de desenvolvimento do concelho no seu todo, e não quero pensar que haja algum resquício, o mínimo dos mínimos, sequer, de discriminação politico-partidária. Não se pode atrair e concentrar toda a industria na cidade de Santarém. Sem uma linha de orientação estratégica de criação de riqueza e emprego descentralizada não há desenvolvimento. E essa parte substancial do concelho foi a que mais impacto negativo sofreu com a poluição continuada do Rio Alviela e tem direito a um futuro melhor, mais equilibrado e desenvolvido. Para esse desígnio têm de ser criadas condições para a fixação da sua mão de obra e da sua população. -----

--- Esta fábrica ou outra similar, com capitais ingleses ou portugueses, esteve para ser instalada em Pernes, e teve direito à presença do Engenheiro Belmiro de Azevedo, e tudo!-----

--- Só que tudo ficou pelo caminho, ou foi para Torres Novas, ou com anos de atraso só

agora vem para Santarém. Congratulo-me. Apesar de tudo. Mas, o que eu quero é que o Sol quando nasça seja para todos. Para Pernes, para Alcanede, por exemplo, já com zonas de desenvolvimento económicas definidas, quiçá, eventualmente outras... O concelho não pode repetir os erros do passado. Sugiro à Câmara que corrija os erros de pontaria, e aposte forte numa política de indústria desconcentrada e descentralizada de aproveitamento de recursos, capacidades e potencialidades do concelho no seu todo, e não continue numa política retardatária pondo todos os ovos no mesmo cesto!-----

--- Faço votos para que nesta versão do filme o final seja feliz. E se estenda ao que falta! Não posso deixar de fazer algumas reflexões sobre os seguintes aspectos:-----

--- CANIL MUNICIPAL / CANIL DA ASPA -----

--- Para onde vai ser transferida esta estrutura, e quanto tempo está previsto para a sua instalação e construção? É uma questão ambiental relevante, que se tem vindo a arrastar.

--- Há uma proposta que apresentei para instalação do Canil no espaço contíguo à Estação de Transferência, e há um projecto da ASPA, já que uma coisa não substitui a outra. Há que compatibilizar os dois projectos no mesmo local, rentabilizando meios, até porque o Canil Municipal que a legislação impõe, e Santarém está em falta, é uma estrutura simples e de passagem.-----

--- Esta oportunidade abre para uma solução equilibrada e operacional, em condições sanitárias. A capacidade do Canil tem que partir do que existe, aumentar e diversificar com vários tipos de resposta.-----

--- A alínea a) do considerando, que diz o seguinte:-----

--- ‘sob o ponto de vista ambiental a sobrecarga induzida terá reduzido o impacto, dado que os resíduos sólidos serão retirados desta unidade por empresa creditada, não havendo libertação de sangue’. Esta noção é reforçada na cláusula três, quando se refere: ‘e atendendo a que a indústria a instalar não é poluente’.-----

--- Voto favoravelmente esta proposta no pressuposto do desenvolvimento do concelho, e que tal não implica qualquer outra contrapartida fora dos termos que aqui foram presentes”.-----

---Interveio a seguir o senhor **Luís Arrais**, Presidente da Junta de Freguesia de S. Nicolau, perguntando quantos animais vai albergar o canil previsto neste protocolo e, também, se está previsto rever o protocolo assinado com a ASPA. -----

---Depois usou da palavra o senhor **José Luís Cabrita** referindo que este seria um processo muito mais claro se o protocolo em causa fosse celebrado com a entidade proprietária da Unidade Industrial. -----

---Considerou que as cedências de terreno deveriam ser em direito de superfície, dado que, na sua opinião, os direitos do município ficariam muito mais salvaguardados. -----

---Seguidamente tomou a palavra o senhor **Leonel Martinho do Rosário** que considerou que a instalação de uma empresa com estas características é uma oportunidade que não se deve perder, destacando o facto da sua sede social ficar no concelho e o número de postos de trabalho a criar.-----

---Referiu-se à construção do canil prevista no protocolo, considerando que a valorização do terreno destinado à implantação daquele empreendimento está muito empolada.-----

---De seguida, interveio o senhor **Albertino Pisca Eugénio** considerando não existir nenhuma indústria que não seja poluente, referindo que, na sua opinião, deveria ter sido consultada a Direcção Regional do Ambiente.-----

---Foi dada a palavra, a seguir, ao senhor **António Xavier Rocha Pinto** que lembrou que o terreno destinado a esta indústria fazia parte do pagamento do Teatro Rosa Damasceno, solicitando esclarecimentos sobre esta matéria. -----

---Depois, a senhora **Adélia Veneno** proferiu a seguinte intervenção: -----

---“Para a Junta de Freguesia de Pernes, para a freguesia de Pernes, que aqui represento, a Zona de Desenvolvimento Económico era uma esperança, uma alternativa, uma certeza, para a criação de mais riqueza, para o aproveitamento e a fixação da nossa mão de obra, grande parte dela vocacionada para o sector industrial. Para nós, e para toda a área envolvente, que tem que sair do concelho para os concelhos vizinhos de Alcanede e

Torres Novas, mais agressivos na oferta e no crescimento. -----

--- A Câmara Municipal de Santarém investiu cerca de quarenta e cinco mil contos, em mil novecentos e noventa e quatro, no terreno para a instalação da Zona de Desenvolvimento Económico de Pernes. Até agora muitas promessas, muitas expectativas, mas nada de concreto, apenas as oportunidades a passarem ao lado. Esta, foi mais uma, quando há muitos anos foi Pernes o destino primeiro da fábrica de processamento de carnes, que acabou por ir para Torres Novas. -----

--- Quer isto dizer, que a Câmara não conseguiu rentabilizar socialmente em postos de trabalho o avultado investimento feito. E isso, não é um acto de boa gestão. Que retorno para o investimento? Nada. -----

--- Como autarca, sinto-me satisfeito com a instalação no concelho de mais uma grande unidade industrial, mas tenho que me sentir por ver preterido, por ver abandonado, o processo da Zona de Desenvolvimento de Pernes. E tenho que protestar, que expressar a nossa preocupação, em face da incompreensível situação da Zona de Desenvolvimento Económico de Pernes, que é uma questão vital para o nosso futuro. -----

--- Quero que o meu voto consciente seja um cartão amarelo à actuação da Câmara Municipal de Santarém, que ao relegar para segundo plano as suas freguesias, não está a contribuir para o desenvolvimento do concelho de Santarém no seu conjunto. -----

--- É tempo da Câmara, como já assumido pelo senhor Presidente, no início do mandato, resolver e rentabilizar de vez a questão da Zona de Desenvolvimento Económico de Pernes. -----

--- Por isso a minha abstenção”. -----

--- Usou da palavra, a seguir, o senhor **Luís Almeida** para falar da necessidade da construção de um canil/gatil e um hotel para cães e gatos, dado que as pessoas, quando vão de férias, não têm onde deixar os animais, o que muitas vezes resulta no seu abandono. -----

--- No uso da palavra o senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que o primeiro local visitado com vista à implantação desta indústria de carnes foi precisamente a Zona de

Desenvolvimento Económico de Pernes. -----

--- Relativamente ao canil mencionado no protocolo, referiu que aquilo que se pretende é a construção de um canil/gatil que satisfaça os interesses da Câmara Municipal de Santarém e da ASPA.-----

--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** informou ter havido uma rectificação à proposta da Câmara, a qual foi remetida à assembleia nesta data e diz respeito à legislação vigente. Assim onde se lê: “nos termos do artigo quinto, números dois e cinco, do Decreto-Lei setecentos e noventa e quatro/setenta e seis”, dever-se-á ler “nos termos do artigo quinto, números dois e seis, do Decreto-Lei setecentos e noventa e quatro/setenta e seis, na redacção dada pelo artigo primeiro do Decreto-Lei trezentos e treze/oitenta, de dezanove de Agosto”, na respectiva proposta. -----

--- De imediato, submeteu a votação a **Proposta de Alienação de Parcela de Terreno para Instalação de Unidade de Processamento de Carnes em Santarém – Protocolo a Celebrar com IGI – Investimento e Gestão Imobiliária, S.A.**, nos termos do artigo quinto, números dois e seis, do Decreto-Lei setecentos e noventa e quatro/setenta e seis, na redacção dada pelo artigo primeiro do Decreto-Lei trezentos e treze/oitenta, de dezanove de Agosto, e nos termos da alínea i), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por maioria**, com cinquenta e um votos a favor, zero votos contra e uma abstenção. -----

--- A senhora **Adélia Veneno** considerou a sua intervenção Declaração de Voto. -----

--- Tendo em conta a urgência deste assunto e o preceituado no número três, do artigo noventa e dois, da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a aprovação em minuta do **Ponto Único**, tendo sido **aprovado por unanimidade**. -----

--- Esgotada a Ordem de Trabalhos e nos termos da Lei e do Regimento, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberto o **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** o qual não se concretizou por ausência de intervenientes. -----

--- Eram vinte e duas horas e cinquenta minutos, quando o senhor **Presidente da Assembleia** deu por encerrada a sessão de que se lavra a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada.-----

--- E eu, Carlos Alberto Pereira Almeida, a redigi e subscrevi.

-----**O PRESIDENTE**-----

--- \_\_\_\_\_

-----**O PRIMEIRO SECRETÁRIO**-----

--- \_\_\_\_\_

-----**O SEGUNDO SECRETÁRIO**-----

--- \_\_\_\_\_